

OS RESULTADOS PRELIMINARES
DO RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO,
16 DE MARÇO DE 1981

Os resultados preliminares do último Recenseamento, divulgados há já alguns meses pelo Instituto Nacional de Estatística, foram obtidos por contagem manual dos questionários e referem-se apenas à população presente.

No documento que o I. N. E. divulgou (1.^a versão) adverte-se para o facto de estes resultados preliminares irem por certo diferir dos «resultados provisórios que vão ser obtidos ainda este ano por via informática e a nível de freguesia e lugar». Como entretanto ainda não se sabe quando serão publicados esses resultados provisórios e como as diferenças que se irão registar não deverão ser muito importantes a nível de concelho, achamos útil apresentar esta primeira nota sucinta, que entretanto já foi elaborada a partir da 2.^a versão distribuída pelo Instituto Nacional de Estatística em Setembro de 1981.

Desde já devemos alertar os leitores para o facto de que, devido aos erros mais ou menos comprovados que se verificaram no recenseamento de 1970, as conclusões sobre a evolução da população no último decénio só deverão ser formuladas sob alguma reserva. Tanto mais quanto os erros não se verificaram sempre no mesmo sentido, isto é, se em muitos casos a população foi subestimada e no conjunto talvez tenha sido a tendência dominante, noutros casos houve duplicação de

boletins e os valores apresentam-se sobrevalorizados. A nível de concelho, estes resultados preliminares de 1981 mostram desde já dois exemplos típicos: enquanto o concelho de Pedrógão Grande regista de 70 para 81 um aumento demográfico de 37,2 %, o do Montijo regista um decréscimo de 12,2 %, quando é evidente que as dinâmicas demográficas reais nestes concelhos têm sinais contrários — o do Montijo registou um forte crescimento e o de Pedrógão Grande, na melhor das hipóteses, terá estagnado ou sofrido um ligeiro crescimento.

Não obstante estas e outras discrepâncias detectáveis, embora de menor vulto, em termos relativos e como tendência geral os resultados preliminares de 1981 confirmam aquilo que, através de outras fontes, se sabia ter sido a dinâmica económica e demográfica do país durante a década de 70.

Em 16 de Março de 1981 a população presente em Portugal cifrou-se em 9 784 201 habitantes, valor máximo até agora atingido e que representou um aumento de 13,4 % relativamente a 15 de Dezembro de 1970. Daquele total, 9 279 374 correspondiam ao Continente, que observou um aumento de 14,7 % no período referido, 248 042 à Região Autónoma dos Açores (- 14,4 %) e 256 782 (+ 2,4 %) à Região Autónoma da Madeira. O aumento verificado não ficou a dever-se primordialmente à expansão económica e consequentemente ao aumento significativo do emprego, mas sobretudo à conjugação de dois fenómenos: a descolonização, que trouxe e fixou em Portugal mais de meio milhão (¹) de cidadãos residentes nas antigas colónias, e a redução drástica da emigração para a Europa, nomeadamente para França, como resultado da crise económica que a partir de 1973 assolou o Mundo e o País. Por outro lado, estima-se que aquele acréscimo demográfico só não foi maior devido à redução bastante nítida das taxas de natalidade. Entre Dezembro de 1970 e Março de 1981 a dimensão média das famílias diminuiu de 3,7 para 3,2. Note-se que a Região Autónoma dos Açores, que tem nos Estados Unidos da América do Norte e no Canadá os principais destinos dos seus emigrantes, viu mantidas sensivelmente ao mesmo nível as suas quotas emigratórias, pelo que o tradicional êxodo populacional não sofreu alterações.

Os acréscimos mais acentuados continuaram a registar-se no litoral e particularmente na aglomeração urbana de Lisboa — só por si os distritos de Lisboa e de Setúbal concentraram 55 % do crescimento verificado entre os dois recenseamentos. Na faixa mais industrializada, que se estende de Braga a Setúbal, apenas os distritos intermédios de Coimbra (+ 10,1 %) e de Leiria (+ 11,6 %) não tiveram aumento superior à

(¹) Existem as mais dispares estimativas da população portuguesa que abandonou as antigas colónias e veio para Portugal. Não se conhece ainda nenhum cálculo seguro, que provavelmente nem é possível de se efectivar. Em 1976, o Alto Comissariado para os Refugiados, computou em cerca de 430 000 o número dos repatriados das ex-colónias (cf. F. GUICHARD, «Origine et Réinstallation au Portugal des Rapatriés d'Afrique», in *Finisterra*, XIV, 28, 1979, pp. 258-268).

média do país: Aveiro 14,9 %, Braga 14,5 %, Porto 18,7 %, Lisboa 29,5 % e Setúbal 39,5 % ficaram acima do 13,6 % nacional. O distrito de Faro, que aumentou a sua população de 20,9 %, conseguiu inverter a tendência do período 1960-1970 (-14 %). Note-se que o valor percentual observado neste distrito deve-se em certa medida à radicação de um elevado número de cidadãos que vieram das ex-colónias após 1974, embora pareça indiscutível a capacidade atractiva da região algarvia a nível nacional, baseada sobretudo na expansão da actividade turística.

Os restantes distritos do Continente, bem como as Regiões Autónomas, ou tiveram acréscimos inferiores à média nacional ou registaram mesmo decréscimos. Daqueles, Santarém, com um saldo positivo de 6,5 %, é o único a destacar-se, o que fica a dever-se à dinâmica demográfica francamente positiva dos concelhos do Baixo-Tejo e dos concelhos mais industrializados do triângulo Torres Novas-Tomar-Abrantes. Beja (-8,0 %) e Castelo Branco (-7,9 %) foram os distritos com saldos negativos mais fortes, o que, comparativamente a outros distritos do interior — onde seria de esperar comportamento muito semelhante —, se explica pelo facto de aqueles distritos, além das condições económicas que explicam o êxodo das populações, não terem recebido um número muito elevado de residentes nas antigas colónias (2).

Ainda segundo os resultados divulgados pelo I. N. E., o crescimento foi mais forte nos concelhos sede de distrito ou que, não o sendo, têm mais de 60 000 habitantes. O acréscimo global destes concelhos foi de 22,7 % (23,4 % para os do Continente), enquanto o conjunto dos restantes apenas aumentou a sua população de 3,8 % (5,3 % para os do Continente).

Como indica o facto já apontado de ter diminuído acentuadamente a dimensão média das famílias, o seu número aumentou a um ritmo superior ao da população. Para o total do país o acréscimo de famílias cifrou-se em 26,7 % e no Continente foi de 28,1 %. Considerando os 18 distritos e as 2 regiões autónomas, apenas nos Açores se registou diminuição no número de famílias (-4,9 %). Em todos os distritos e regiões autónomas se verificou uma redução na dimensão média das famílias, continuando essa dimensão a apresentar grandes disparidades nas diferentes partes do território. Assim, em média, as famílias maiores ocorrem nas Regiões Autónomas da Madeira (4,36 pessoas/família) e Açores (3,97) e nos distritos de Braga (4,13), Aveiro (3,78) e Porto (3,70), enquanto as menos numerosas nos distritos de Évora (2,82), Portalegre (2,85), Beja (2,95), Lisboa (2,97) e Faro (2,98). Mantêm-se, pois, sensivelmente as posições relativas detectadas anteriormente; a dimensão média familiar diminui de norte para sul e no norte e centro tende a diminuir do litoral para o interior. Esta segunda componente acentuou-se devido ao fenómeno emigratório, pelo que os distritos de

(2) Segundo o trabalho de F. GUICHARD, já referido, o distrito de Beja terá recebido 2900 repatriados das ex-colónias, valor semelhante aos verificados para os distritos de Évora (2500) e Portalegre (2600). Castelo Branco terá recebido 12 100, valor francamente inferior ao registado nos distritos do Centro e Norte interiores.

Bragança (3,2), Guarda (2,99) e Castelo Branco (3,0) se situam já francamente abaixo da média nacional de 3,32 pessoas por família.

Mesmo apresentando apenas o número global de alojamentos, sem especificar o tipo, os resultados preliminares do recenseamento de Março de 81 indiciam já uma degradação ou pelo menos uma estagnação da situação habitacional. De facto, o aumento do número de alojamentos (+24,8 % no País e +26,2 % no Continente), embora tenha sido francamente superior ao acréscimo populacional, foi ainda inferior ao aumento do número de famílias. A expressão regional deste fenómeno, embora relativamente homogénea, apresenta ainda algumas diferenciações mais nítidas. Assim, em Bragança, Évora e Viseu, o aumento de alojamentos ficou muito aquém do de famílias, enquanto em Beja se registou mesmo uma diminuição (-1,5 %) no número de alojamentos, para um aumento das famílias (+2,4 %). Pelo contrário, em Viana do Castelo, Vila Real, Faro e Castelo Branco, o acréscimo de alojamentos foi nitidamente superior ao do número de famílias. Estes números só por si não permitem interpretações, pois estão em jogo numerosas variáveis explicativas: tipologias dos alojamentos, ritmo de construção, alojamentos vagos em 1970, estruturas familiares, estrutura da posse das unidades habitacionais, entre outras.

A análise a nível concelhio, confirmando em termos gerais as verificações feitas com base nos resultados distritais, evidencia que o fenómeno do dinamismo demográfico entre 1970 e 1981 foi um pouco mais complexo do que poderia sugerir a simples dicotomia litoral-interior. Assim, no que respeita o litoral ocidental notam-se nítidas concentrações: duas com maior extensão e intensidade em torno de Lisboa e do Porto, outras menores como Coimbra e Leiria-Marinha Grande, além do pólo de Sines, cuja dinâmica se faz sentir em Santiago do Cacém e, embora em menor grau, em Grândola. No Algarve, apesar do crescimento generalizado ao longo de todo o litoral, em oposição a um interior que continua a esvaziar-se, observa-se maior intensidade no crescimento dos maiores pólos urbanos (Portimão e Faro-Olhão) e ainda em Albufeira.

No que toca a dinâmica mais positiva, a análise cartográfica (fig. 1) sugere com alguma nitidez outras linhas de crescimento, correspondentes a eixos mais ou menos bem definidos. A norte, o primeiro é o que se estende para lá da Área Metropolitana do Porto, englobando os concelhos de Esposende, Viana do Castelo e Caminha. Outro, mais difuso, é o eixo Porto-Vila Real-Mirandela, tendo este concelho registado um dos crescimentos demográficos mais marcados de todo o interior do país: 21,2 %.

No Centro desenham-se dois eixos litoral-interior: o de Aveiro-Viseu-Vilar Formoso e o de Figueira da Foz-Coimbra-Vilar Formoso. Dos concelhos abrangidos, foi o de Mangualde o que observou maior dinamismo: +21 %. Já o crescimento excepcional (15,6 %) de Santa Comba Dão deverá ter sido explicado por deficiências no recenseamento de 1979. Note-se, por outro lado, a estagnação dos dois principais núcleos de indústria têxtil da Beira Interior, Seia e Covilhã. É interessante e problemático o caso do pequeno concelho de Castanheira de Pera, cuja

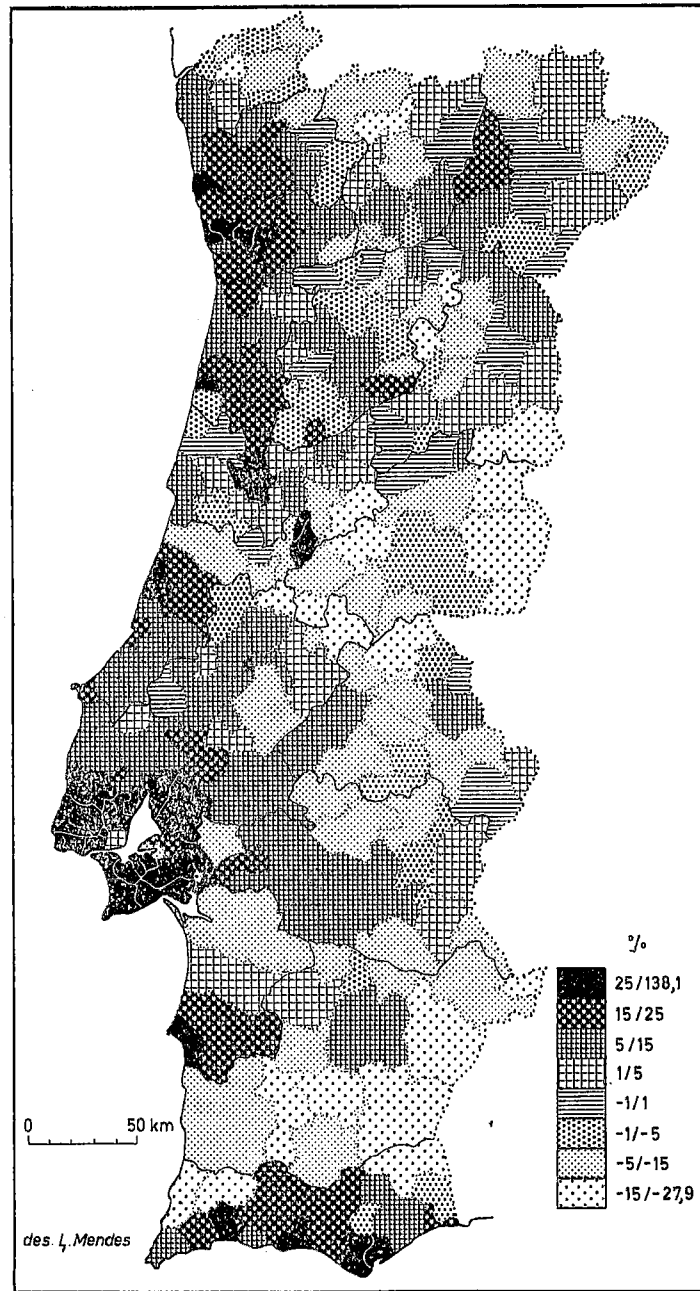


Fig. 1 — Variação da população, por concelho, em Portugal Continental — 1970-1981.

economia também se baseia na indústria têxtil e que teve um acréscimo significativo (28,7%); à primeira vista a explicação é a mesma que sugerimos para Santa Comba Dão e Pedrógão Grande.

No vale do Tejo desenham-se dois eixos, um mais extenso e densamente povoado, que se estende de Lisboa até Tomar-Abrantes, outro menos marcado, de Lisboa a Ponte de Sor.

Também no Alentejo se destaca um eixo, ligando a Área Metropolitana de Lisboa até Évora, com o crescimento mais significativo centrado em Vendas Novas: +16,7%.

De uma maneira geral, ao crescimento demográfico observado nestes eixos, quase todos orientados do litoral para o interior, corresponderam investimentos de pequena ou média dimensão e muito diversificados: na indústria, no comércio e nos serviços — frequentemente relacionados com o tráfego rodoviário, novas residências e também na agricultura, que, por razões de acessibilidade e sempre que as condições naturais o permitem, tem tendência a relacionar-se mais com o mercado. Nalguns casos, esse crescimento demográfico ficou a dever-se ao alargamento do âmbito dos movimentos pendulares, como resultado da grande crise habitacional; este fenómeno é particularmente evidente no Vale do Tejo e também no eixo Vendas Novas-Évora, devido à atracção da Área Metropolitana de Lisboa e, no segundo caso, também à do complexo de Sines.

Daqueles tipos de investimentos, o mais decisivo, e por vezes o mais importante, é o que respeita ao desenvolvimento da indústria, que seguindo um padrão com tendência dispersiva se tem instalado em vários concelhos com boas condições de acessibilidade. Note-se que três dos referidos eixos, os de Porto-Bragança, Aveiro-Vilar Formoso e Coimbra-Vilar Formoso, têm projectados melhoramentos muito significativos nas estruturas rodoviárias, para o que foram concedidos créditos pela CEE. Os resultados do recenseamento de 1981 parecem assim confirmar perspectivas para um certo optimismo concernente à penetração do desenvolvimento no interior, através de alguns eixos, como de resto se propunha ou sugeria em anteriores planos de médio prazo.

Outra componente do crescimento demográfico fora da faixa litoral é a dimensão urbana. A maior parte dos concelhos com centros urbanos de maior dimensão e sobretudo as capitais de distrito tiveram em geral um dinamismo demográfico mais acentuado que os outros concelhos da área. São os casos de Beja, Portalegre, Guarda, Chaves, Vila Real e Bragança. Claro que nestes, como noutros casos, o crescimento verificou-se, sobretudo ou mesmo exclusivamente, no centro urbano, enquanto a parte rural do concelho registou decréscimo. Este crescimento dos núcleos urbanos deve-se fundamentalmente à expansão do sector terciário, tanto na área dos serviços, como na do comércio. No que respeita os serviços, assumiram particular relevo os do sector público, com predomínio para a educação. Também terá tido efeitos positivos uma certa desconcentração da administração pública e sobretudo a nova legislação que alargou as competências dos municípios e lhes atribuiu verbas mais

significativas, embora este último aspecto tenha provocado esses efeitos positivos em todos os municípios do interior e mesmo do litoral.

Em oposição às situações analisadas, perderam população as áreas rurais do interior não adjacentes a eixos com desenvolvimento e sem centros urbanos de dimensão razoável. Na faixa litoral entre Porto e Lisboa foram raros os concelhos que não registaram pelo menos um acréscimo de 1%. O caso mais nítido é o de Pombal, com -6%, o que se deve à sua grande dimensão rural, já que a vila, servida tanto pelo caminho-de-ferro, como pela rodovia, que ligam a capital ao Porto, registou um nítido desenvolvimento, não só do sector terciário, como mesmo do secundário. Cremos que este concelho tem condições para recuperar do ponto de vista económico-demográfico. Perderam ainda população 4 concelhos litorais dos distritos de Coimbra [Mira (-1,5%), Cantanhede (-1%) e Soure (-2,6%)] e de Aveiro [Vagos (-1,5%)], todos fortemente rurais, embora também denotando capacidades de recuperação, em parte relacionada com a proximidade de Coimbra ou Aveiro, concelhos em franco crescimento económico e demográfico. Ainda atravessado pelo eixo Lisboa-Porto (estrada nacional n.º 1), o concelho de Rio Maior foi dos raros concelhos nesta situação que não teve um crescimento nítido (+0,1); estamos perante um caso de um concelho também fortemente rural, que só recentemente iniciou um processo de industrialização — ao estagnamento do quantitativo populacional corresponde, por um lado, um êxodo rural e, por outro lado, o desenvolvimento da vila sede de concelho.

Não dispomos de informação que nos permita interpretar o crescimento demográfico de uma série de concelhos do vale do Douro (Figueira de Castelo Rodrigo, Vila Nova de Foz Côa, Tabuaço, Vila Flor, Carraceda de Ansiães e Alijó), que de qualquer forma evidenciam um certo grau de vitalidade da região. Interessante é o caso de Belmonte, o único concelho com crescimento nítido (5,9%) no distrito de Castelo Branco — Covilhã não foi além de +0,7% e os restantes concelhos perderam população. O facto é tanto mais de assinalar já que se têm depositado grandes esperanças na Covilhã, a que corresponderam investimentos em infra-estruturas, nomeadamente a instalação de um parque industrial; entretanto, foi em Belmonte que se registou um certo surto industrial (sobretudo no sector das confecções), além de ter continuado a modernização da agricultura e de se ter activado alguma exploração mineira.

Na Região Autónoma dos Açores todas as ilhas e todos os concelhos tiveram nítidos decréscimos de população, correspondendo as perdas mais reduzidas às ilhas do Faial (-9,2%) e de S. Miguel (-10,9%). A nível de concelho, os mais estáveis foram Lagoa (-3,6%) e Ponta Delgada (-4,9%). Os decréscimos mais acentuados ocorreram nas ilhas de Santa Maria (-32,2%) e da Graciosa (-25,2%). A ilha Terceira, apesar do terramoto, teve uma diminuição (-13,7%) próxima da média da Região (-13,2%). São assim as ilhas mais urbanizadas as que vão resistindo melhor ao êxodo.

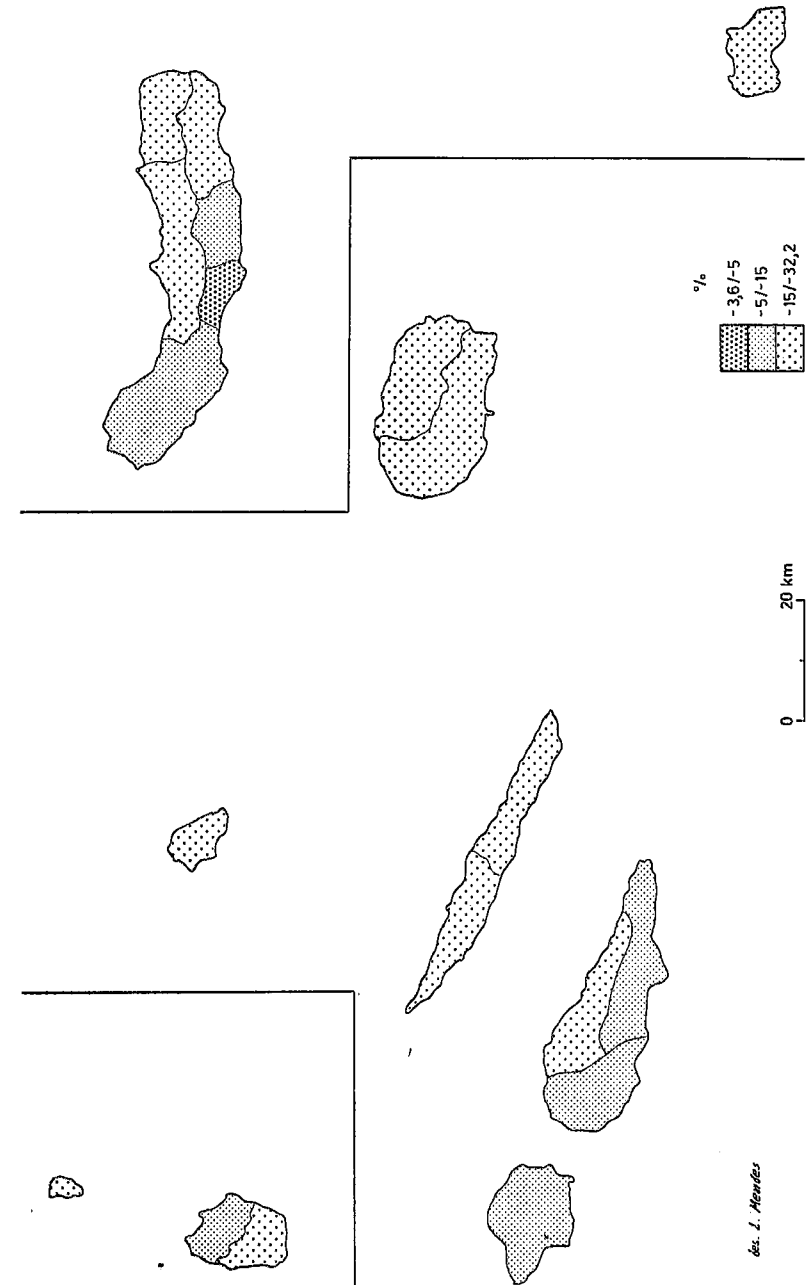


Fig. 2 — Variação da população, por concelho, na Região Autónoma dos Açores — 1970-1981.

A Região Autónoma da Madeira, que no conjunto registou um acréscimo populacional de 2,8 %, evidenciou grandes disparidades no seu dinamismo demográfico entre 1970 e 1981. Dos onze concelhos, apenas 4 tiveram aumentos, um estagnou, o da Câmara de Lobos (-0,8 %) e os restantes tiveram decréscimos que variam entre 12,8 % (Santana) e 21,3 % (São Vicente). A maior parte do crescimento concentrou-se no Funchal (+15,1 %), que actualmente representa praticamente 50 % da população da Região e que constitui assim o mais nítido caso de macrocefalia do território nacional. Os outros três concelhos onde ainda se verificou aumento de população são aqueles que, além do Funchal, ainda

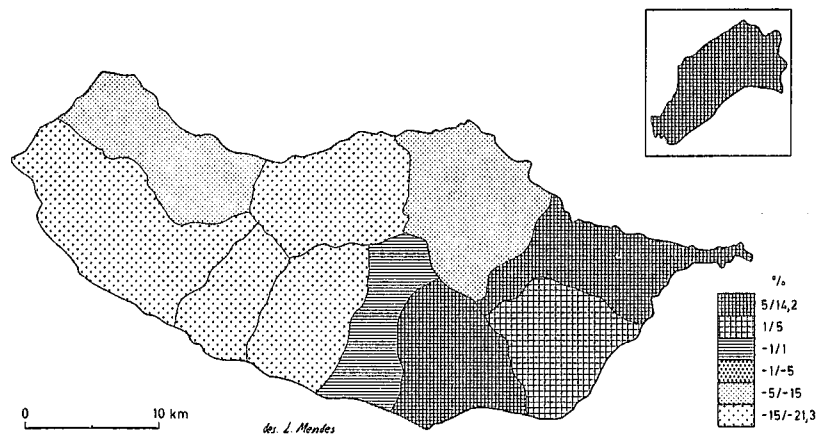


Fig. 3 — Variação da população, por concelho, na Região Autónoma da Madeira — 1970-1981.

detêm alguma actividade turística e/ou beneficiam da proximidade do Funchal: Porto Santo (+11,2 %), Machico (+8,8 %) e Santa Cruz (+3,2 %).

Em termos globais (quadro 2), temos que os 30 concelhos que registaram acréscimos superiores a 25 % se localizam todos em distritos do litoral (incluindo-se o de Santarém) e, desses, 15 pertencem aos distritos de Lisboa e de Setúbal, ficando apenas um (Sines) fora da Área Metropolitana de Lisboa. Os concelhos do conjunto com crescimentos que variam entre 15 % e 25 % também pertencem quase exclusivamente aos distritos do litoral — 32 em 35; os três restantes são Mirandela, Mangualde e Santa Comba Dão. Já nos grupos opostos, os dos concelhos que observaram maiores decréscimos, não é tão nítida a distribuição por distritos, embora dominem largamente os do interior; de facto, nalguns distritos do litoral, como sugerimos anteriormente, verificam-se grandes desequilíbrios internos, pelo que alguns dos seus concelhos, de uma maneira geral os que têm menor acessibilidade aos grandes centros ou aos eixos principais, registaram significativas perdas de população.

QUADRO 1
População presente, famílias e alojamentos
1970-1981

Distritos e Regiões Autónomas	População presente			N.º de famílias			N.º de alojamentos			Densidade (hab./km ²)
	1970	1981	Variação %	1970	1981	Variação %	1970	1981	Variação %	
Aveiro	542,8	623,8	+ 14,9	131,6	164,9	+ 25,3	147,6	186,3	+ 26,3	230
Beja	202,4	186,3	- 3,0	61,6	63,1	+ 2,4	81,7	80,5	- 1,5	18
Braga	611,9	700,7	+ 14,5	129,0	169,7	+ 31,6	146,8	191,1	+ 30,2	257
Bragança	177,9	181,4	+ 1,9	47,7	56,5	+ 18,5	63,3	70,4	+ 11,2	28
Castelo Branco	252,2	232,4	- 7,9	76,9	77,3	+ 0,5	103,1	106,5	+ 3,3	35
Coimbra	402,2	442,9	+ 10,1	117,5	140,0	+ 19,1	143,3	167,1	+ 16,6	112
Évora	175,3	179,2	+ 2,2	55,1	63,6	+ 15,3	70,6	75,8	+ 7,8	24
Faro	267,1	322,9	+ 20,9	84,6	108,3	+ 28,1	106,9	141,9	+ 32,7	64
Guarda	210,4	205,1	- 2,5	64,1	68,6	+ 7,1	89,7	96,5	+ 7,5	37
Leiria	378,8	422,8	+ 11,6	107,2	133,2	+ 24,2	132,1	162,4	+ 22,9	120
Lisboa	1592,5	2061,6	+ 29,5	466,5	693,9	+ 48,7	484,9	714,8	+ 47,4	746
Cidade	775,6	842,4	+ 4,8	233,6	290,1	+ 24,2	213,2	265,6	+ 24,5	9690
Portalegre	145,1	140,6	- 3,1	47,4	49,3	+ 4,1	62,0	66,0	+ 6,6	24
Porto	1306,4	1550,8	+ 18,7	308,9	418,9	+ 35,6	323,4	435,5	+ 34,6	679
Cidade	309,5	329,2	+ 6,3	81,2	100,7	+ 24,0	75,9	98,1	+ 29,4	8092
Santarém	432,5	460,6	+ 6,5	132,1	146,6	+ 10,9	159,5	175,6	+ 10,1	69
Setúbal	465,4	649,1	+ 39,5	139,3	210,1	+ 50,8	161,6	250,3	+ 54,9	126
Viana do Castelo	250,8	253,5	+ 1,1	63,2	70,5	+ 11,5	78,3	90,1	+ 15,1	120
Vila Real	264,8	262,6	- 0,8	66,7	73,0	+ 9,5	82,7	94,1	+ 13,7	62
Viseu	410,5	420,8	+ 2,5	110,3	123,7	+ 12,1	146,8	155,5	+ 5,9	84
Total Continente	8089,0	9297,1	+ 14,9	2209,7	2831,2	+ 28,1	2584,3	3260,4	+ 26,2	105
R. A. Açores	289,6	251,4	- 13,2	66,5	63,3	- 4,9	81,8	76,4	- 6,6	108
R. A. Madeira	250,7	257,8	+ 2,8	54,4	59,1	+ 8,6	62,9	68,2	+ 8,4	324
Total geral	8629,3	9306,3	+ 13,6	2330,6	2953,6	+ 26,7	2729,0	3405,0	+ 24,8	107

QUADRO 2

Variação da população 1970-1981 (p. 100)
Total de concelhos por distritos e Regiões Autónomas

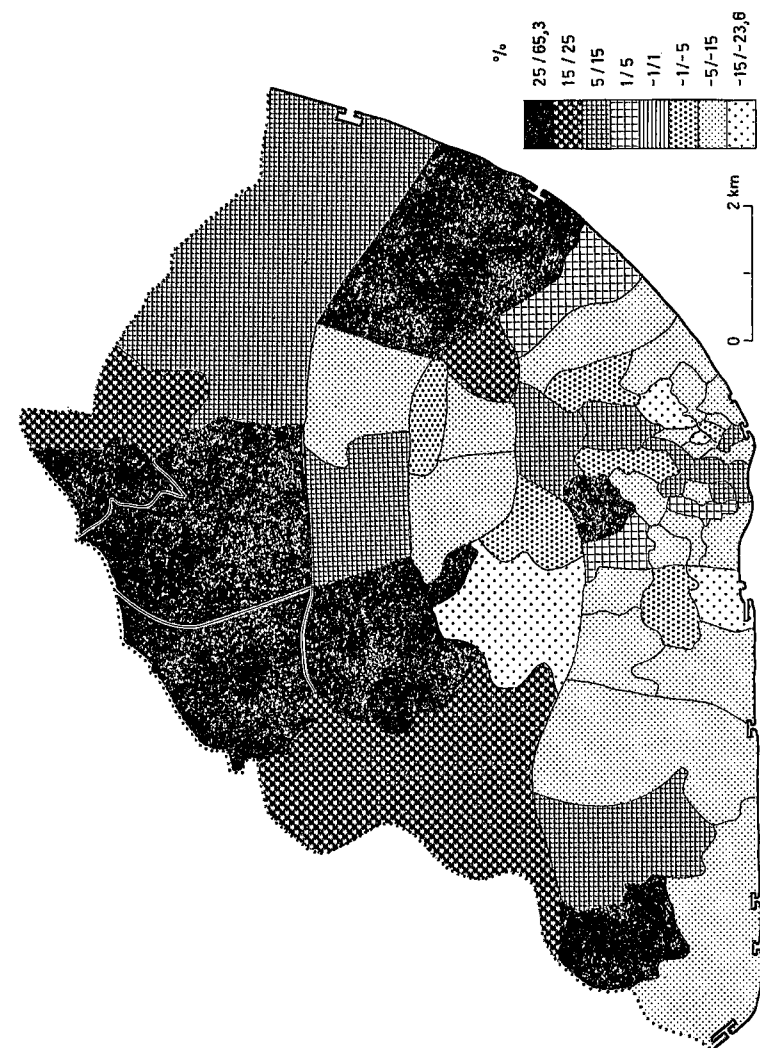
	138,1/25	25/15	15/5	5/1	1/-1	-1/-5	-5/-15	-15/-82,2
Aveiro	1	7	9	1		1		
Beja			1	1		1	6	5
Braga		5	4		1	2	1	
Bragança		1	2	2	3	2	2	
Castelo Branco ...			1		1	1	4	4
Coimbra	1		4	7	1	2	1	1
Évora		1	3	3		2	5	
Faro	4	4	3			2		3
Guarda			2	3	2	2	3	2
Leiria	3	4	5		1		3	
Lisboa	7	1	5	2				
Portalegre			2	1	2	3	6	1
Porto	5	5	6				1	
Santarém	1	3	8	3	1	1	2	2
Setúbal							2	
Viana do Castelo			2	1		3	3	1
Vila Real			3	2	3	1	4	1
Viseu		2	4	2	4	7	4	1
<i>Total Continente</i>	30	35	64	29	19	30	46	21
R. A. Açores						1	6	12
R. A. Madeira ...			3	1	1		2	4
<i>Total país</i>	30	35	67	30	20	31	54	37

AS CIDADES DE LISBOA E DO PORTO

As duas principais cidades tiveram aumentos reduzidos, inferiores aos de qualquer outro concelho das respectivas áreas metropolitanas ⁽³⁾. Em relação ao decénio precedente houve todavia um balanço mais positivo: Lisboa, que de 1970 para 1981 teve um acréscimo de 4,8 %, entre 1960 e 1970 perdera população (-4,1 %), enquanto o Porto, que nos anos 60 crescera apenas de 0,9 %, teve na década de 70 uma expansão de 6,3 %.

Como nos últimos decénios, a dinâmica interna das duas cidades foi muito desigual, com várias freguesias a perder população, enquanto outras registaram nítidos acréscimos. Estes resultados mostram, por

⁽³⁾ Tenha-se em conta a já referida anomalia observada no concelho do Montijo.



des. L. Mendes

Fig. 4 — Variação da população, por freguesia, na cidade de Lisboa — 1970-1981.

um lado, que a área central destas cidades continuou a expandir-se durante os anos 70 (sobretudo até 1974 e nos últimos anos da década), particularmente pelo aumento das actividades terciárias, e, por outro lado, que ainda existiam extensas áreas por ocupar nas freguesias periféricas. Todavia, a diminuição da população nas freguesias do centro ou da sua periferia imediata (que no caso de Lisboa já se estende para norte até Alvalade e para ocidente até Alcântara e Belém) não se explica apenas pela expansão das actividades terciárias, mas também pela demolição de construções antigas que são substituídas por edifícios em grande parte destinados à habitação de classes privilegiadas e ainda,

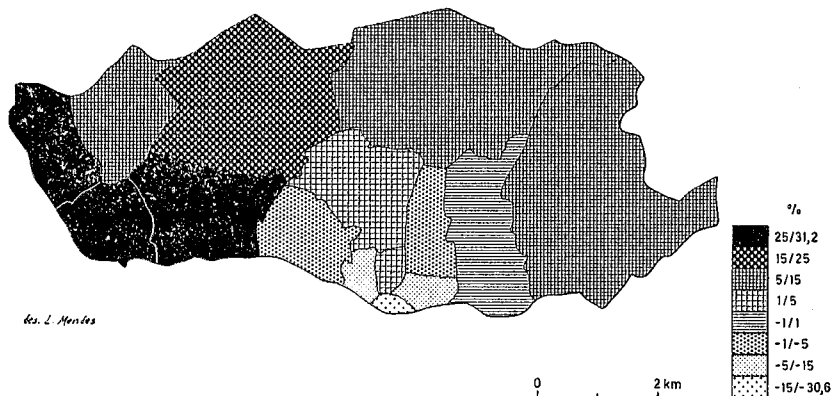


Fig. 5 — Variação da população, por freguesia, na cidade do Porto. 1970-1981.

nalguns casos, pela melhoria das condições de habitação nalguns bairros populares, antigos e degradados, a que corresponde uma diminuição das densidades.

Na cidade do Porto, os aumentos mais acentuados registaram-se nas áreas residenciais da parte ocidental, freguesias de Lordelo do Douro (+ 31,2 %), Nevogilde (+ 30 %), Foz do Douro (+ 27 %). Na área central, algumas freguesias ainda tiveram ligeiros acréscimos (Vitória + 4,2 % e Cedofeita + 4 %), mas a maioria registou decréscimos, sendo os mais sensíveis em São Nicolau (- 30,6 %), Sé (- 14,7 %) e Miragaia (- 14,2 %).

As variações a nível de freguesia na cidade de Lisboa são menos esquemáticas que no Porto, não obstante as tendências gerais serem semelhantes; mas o alargamento da escala, não só demográfica como também social, torna o fenómeno mais complexo. Os crescimentos mais intensos centraram-se na periferia — Amelxoeira (+ 65,3 %), Carnide (+ 48,9 %), Lumiar (+ 44,8 %) e S. Domingos de Benfica (+ 47,4 %), a norte, Marvila (+ 47 %), a oriente. Como já referimos, os maiores decréscimos ocorreram na periferia da Área Central, devido à sua própria expansão, mas é interessante verificar que várias freguesias do centro

observaram aumentos, tendo sido particularmente elevado o da freguesia do Coração de Jesus (+ 32,6 %). Note-se que esta freguesia, na área doo Marquês de Pombal, teve um grande surto de reconstrução, com alguns dos novos edifícios destinados a habitação, ao mesmo tempo que nos fogos antigos se registou uma densificação, quer através do aluguer de quartos e de partes de casa, quer através de várias pensões que aí se instalaram. Idêntico fenómeno de densificação deverá explicar o aumento de várias freguesias da área central: Santa Justa (+ 10,1 %), Mártires (+ 8 %), Anjos (+ 5,4 %), Sé (+ 11,9 %), S. Nicolau (+ 9,6 %), S. Jorge de Arroios (+ 6,5 %).

A evolução populacional da cidade de Lisboa entre 1970 e 1981 sugere que o crescimento da área central da cidade se está a operar de uma forma bastante difusa (embora com duas componentes principais — uma orientada para norte e outra para oeste) e dispersiva, sugestão que é, de resto, confirmada por outras observações. Uma certa recuperação (cu resistência) demográfica da área central tradicional, ou dos sectores mais atingidos pela expansão especulativa que se verificou até ao início dos anos 70, constitui um bom prenúncio para um correcto ordenamento do território da capital.

JORGE GASPAR